



Senado lança notícias formatadas para celulares

A Agência Senado lançou na sexta-feira uma versão do Portal de Notícias da Casa específica para telefones celulares e demais dispositivos móveis de acesso à internet. Para ler o conteúdo

via celular, o internauta só precisa digitar o endereço eletrônico do Portal de Notícias (www.senado.gov.br/noticias). O conteúdo se ajustará automaticamente à tela do aparelho.

Pode-se também digitar diretamente o endereço www.senado.gov.br/noticias/movel e ter acesso ao site formatado para telas de computador por meio do link "Versão completa".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.333 – Brasília, segunda-feira, 25 de outubro de 2010

Semana do Servidor traz palestras e exposição **2**

Análise do Orçamento será prioridade a partir do dia **3**

A informação é de Serys Slhessarenko, presidente em exercício do Senado. **2**

Simon elogia STF por julgar Ficha Limpa já

Senador considera positiva a decisão do Supremo Tribunal Federal de analisar na próxima quarta-feira se a nova lei já deve valer para as eleições deste ano

O primeiro item da pauta do tribunal prevista para esta quarta-feira é o julgamento do recurso de Jader Barbalho.

Eleito ao Senado pelo PMDB do Pará, com mais de 1 milhão de votos nestas eleições, Jader tenta reverter decisão da Justiça Eleitoral,

que o considerou inelegível com base na Lei da Ficha Limpa. A sentença do STF deve refletir-se em centenas de ações. **3**

Xingu terá plano de desenvolvimento regional sustentável **4**



Criança toma banho na aldeia Macaúba, no município de Itacajá, estado do Tocantins: nova secretaria será responsável pelas ações de saneamento básico das áreas indígenas e pela implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

Por decreto, Secretaria Nacional de Saúde Indígena sai do papel

Decreto que cria a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, subordinada ao Ministério

da Saúde, foi assinado pelo presidente Lula na última quarta-feira. A medida regu-

lamenta artigo da Lei 12.314, de agosto deste ano. A lei, resultante de medida provisó-

ria modificada pelo Congresso, foi defendida por grupos indígenas. **4**

Comissão Mista de Orçamento estima votar o relatório geral da lei orçamentária até 17 de dezembro. Em seguida, a matéria deve ser analisada pelo Congresso

Serys: Orçamento 2011 será discutido após as eleições

A SENADORA SERYS SIlhessarenko (PT-MT), que responde pela presidência do Senado, informou, na quinta-feira, que a Casa não realizará mais sessões deliberativas até o segundo turno das eleições. A partir de 3 de novembro, destacou, o Senado voltará a se reunir e terá como prioridade a discussão do Orçamento da União para 2011.

O Executivo enviou em agosto ao Congresso o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2011, que poderá agora

ser modificado pelos parlamentares antes da votação final. De acordo com cronograma da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relatório-geral da lei orçamentária para o próximo ano deve ser votado pelo colegiado até o dia 17 de dezembro, sendo em seguida analisado pelo Congresso.

Agricultura

Entre os projetos que devem merecer atenção do Senado, Serys ressaltou os que fortale-

çam a atuação do agronegócio e da agricultura familiar. Para ela, o avanço de investimentos em infraestrutura no campo, como a eletrificação rural, melhora a qualidade de vida da população e potencializa a capacidade de produção agropecuária.

Também os grandes produtores, na avaliação de Serys, devem receber incentivos para produzir com eficiência. Ela defendeu medidas de apoio à exportação de produtos agrícolas, o que gera divisas para o país.



Márcia Kallume/Senado Federal

Evento estimula a economia de mais de 200 países, afirma senador

Neuto De Conto participa da maior feira de turismo das Américas

“O evento é talvez um dos maiores estímulos ao crescimento da economia brasileira, além de favorecer a economia de mais de 200 outros países, pois o turismo de negócios fomenta muitas atividades.” Assim o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Neuto De Conto (PMDB-SC), resumiu a importância da Feira das Américas 2010, o maior encontro de negócios de turismo do continente, que foi realizado no Rio de Janeiro na semana passada.

Representando o Senado na abertura do evento, na última quarta-feira, o senador ressaltou que a feira, realizada anualmente pela Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), tem se notabilizado por reunir grandes lançamentos do mercado

turístico. Na edição deste ano, estão representados 50 países, em 26 delegações estrangeiras. São 300 estandes de destinos nacionais e internacionais, hotéis, operadoras de turismo e de transportes marítimos, seguradoras, companhias aéreas e entidades representativas do setor.

O evento, explica ele, é uma oportunidade para que secretarias e empresas oficiais de turismo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios divulguem suas opções de turismo. Ele avalia que cerca de 30% dos expositores brasileiros lançarão roteiros inéditos no mercado.

A Feira das Américas terminou na última sexta-feira, no Riocentro, onde também foi realizada a 38ª edição do Congresso Brasileiro de Agências de Viagens.

Divulgação/Senado Federal



Congresso debate desafios do servidor público

Como parte das comemorações do Mês do Servidor, o Senado e a Câmara dos Deputados promovem a partir de hoje duas palestras e uma mesa-redonda sobre temas relativos ao trabalho dos servidores públicos.

Também será aberta hoje a exposição *Serh Servidor: você é a cara do Senado*, uma homenagem aos funcionários com uma série de fotografias deles.

Temas como mudança organizacional, planejamento estratégico e desafios do

serviço público serão destacados durante os debates programados.

O ciclo de encontros terá início às 14h de hoje, com o psicólogo, professor e consultor Waldez Ludwig. Especialista em gestão empresarial, ele falará sobre “Mudança organizacional: estratégia, inovação, talento e você”.

Amanhã, às 10h, será realizada uma mesa-redonda com representantes dos três órgãos do Poder Legislativo: Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União (TCU).

Sob o tema “Planejamento estratégico no Legislativo”, os palestrantes darão exemplos sobre os processos já desenvolvidos nessas instituições, sua importância para a qualidade e eficiência do trabalho e os resultados obtidos a partir da definição do plano estratégico.

Já na quarta-feira, também às 10h, a secretária-adjunta de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Maria do Socorro Gomes, falará sobre “Os novos desafios do servidor público”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão para debates

14h Sem votação de projetos, a sessão não deliberativa é destinada a debates de senadores e a comunicados da Mesa diretora. Entre os inscritos, Marco Maciel (DEM-PE).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys SIlhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Recurso de Jader Barbalho será julgado pelo Supremo na quarta

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, marcou para esta quarta-feira o julgamento do Recurso Extraordinário 631.102, interposto pelo deputado federal Jader Barbalho na tentativa de validar sua candidatura e os mais de 1 milhão de votos recebidos nas eleições para o Senado. O processo tem parecer da Procuradoria-Geral da República contrário a Jader.

O relator é o ministro Joaquim Barbosa, que encaminhou o processo ao Plenário. O voto do ministro só será conhecido na hora do julgamento.

Jader tenta reverter decisão da Justiça Eleitoral que o considerou inelegível com base na Lei da Ficha Limpa, por ter renunciado ao mandato de senador em 2001, quando era acusado de quebra de decoro parlamentar. Caso a decisão lhe seja favorável, Jader voltará ao Senado deixando fora a senadora eleita Marinor Brito (PSOL-PA).

O deputado fundamentou o recurso nos princípios de presunção da inocência, anualidade (necessidade de a lei eleitoral entrar em vigor um ano antes do pleito), irretroatividade e anterioridade da lei. Ele também alegou ofensa ao ato jurídico perfeito (a renúncia) e à segurança jurídica.



Jader Barbalho voltará ao Senado se a decisão do STF lhe for favorável

Para o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a Ficha Limpa é plenamente aplicável às eleições de 2010. Para ele, são válidas as novas hipóteses de inelegibilidade criadas pela lei porque essas regras não interferem no processo eleitoral nem fizeram distinção entre candidatos ou partidos.

Segundo Gurgel, também não se pode argumentar que a lei não deveria retroagir para prejudicar os réus, uma vez que os candidatos não seriam réus, nem a inelegibilidade seria pena.

Ao afirmar que a nova lei se harmoniza com o interesse público, ele opinou pela rejeição ao recurso, pedindo a manutenção da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que considerou Jader Barbalho inelegível em 2010.

Confirmado veto à candidatura de Cássio Cunha Lima ao Senado

Em julgamento na última quinta-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve inelegível Cássio Cunha Lima, do PSDB da Paraíba. O tribunal se manifestou sobre recurso contra decisão do tribunal regional eleitoral do estado (TRE-PB), que indeferiu seu registro de candidatura, com base na Lei da Ficha Limpa.

Cunha Lima tem duas condenações por abuso de poder político e econômico durante campanha à reeleição ao governo em 2006 e teve o mandato de governador cassado em 2008. Candidato ao Senado, recebeu mais de 1 milhão de votos. No entanto, tais votos foram considerados nulos pelo TSE.

Cunha Lima recorreu, alegando que a Lei da Ficha Limpa não poderia alcançá-lo, já que as condenações foram anteriores à vigência da legislação.

O julgamento foi interrompido após a leitura do voto do relator, Aldir Passarinho Junior, que manteve a decisão do TRE-PB. A suspensão foi em decorrência de pedido de vista de Ricardo

Lewandowski, que votou a favor de Cunha Lima.

No entanto, por 4 votos a 3, os ministros seguiram o entendimento do TRE-PB e mantiveram o candidato inelegível, como já ocorrera com Jader Barbalho – candidato ao Senado pelo Pará, também barrado pela Ficha Limpa.

Cunha Lima pode recorrer ao Supremo, que analisa quarta-feira recurso de Jader. A decisão deve orientar os julgamentos sobre a Ficha Limpa.



Votos de Cássio Cunha Lima foram considerados inválidos pelo TSE

Decisão a ser adotada pelo Supremo Tribunal Federal deve se refletir em centenas de ações de candidatos que disputaram o pleito respaldados em liminares judiciais

Simon elogia STF por julgar Ficha Limpa nesta semana

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) considerou positiva a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de analisar a validade da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10) nesta semana. O primeiro item da pauta do tribunal prevista para esta quarta-feira é o julgamento do recurso do candidato Jader Barbalho (PMDB-PA), que recorreu à corte na tentativa de ter validados os votos que obteve na disputa por uma cadeira no Senado.

– la ficar muito triste sair a eleição antes desta decisão. O fato de eles marcarem [o julgamento] para as vésperas, mas fazerem a reunião, eu acho nota dez. Foi altamente positivo – afirmou Simon, após seu pronunciamento em Plenário.

Ao abrir a sessão não deliberativa do Senado na sexta-feira, o senador disse que levava sua “admiração, respeito e emoção



O senador fez cinco discursos nos últimos dias pedindo o julgamento

ao Supremo Tribunal Federal pela decisão, muito importante para a história deste país”.

Candidato eleito ao Senado

pelo PMDB do Pará, com mais de 1 milhão de votos recebidos nas últimas eleições, Jader Barbalho tenta reverter decisão da Justiça Eleitoral, que o considerou inelegível com base na Lei da Ficha Limpa, por ter renunciado ao mandato de senador em 2001, acusado de quebra de decoro parlamentar.

Segundo a assessoria de Simon, o senador fez nos últimos dias cinco discursos de apelo aos ministros do Supremo para que analisem a validade da Lei da Ficha Limpa nestas eleições. Como o STF reconheceu a repercussão geral do tema, a decisão sobre o recurso de Jader deve refletir-se em centenas de ações de candidatos que disputaram o pleito respaldados em liminares judiciais, uma vez que tiveram o registro de candidatura negado ou impugnado na Justiça por causa da Lei Complementar 135/10.



Plenário do STF (na foto, os ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia) deve decidir sobre validade da lei

Primeiro recurso foi encaminhado por Roriz

O primeiro recurso ao STF contra decisão favorável da Justiça Eleitoral à validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010 foi encaminhado pelo então candidato ao governo do Distrito Federal Joaquim Roriz. Seu registro foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ele, como Jader Barbalho, ter renunciado ao cargo de senador para evitar processo de cassação, em julho de 2007.

Composto por 11 ministros, mas com desfalque de um – o ministro Eros Grau se aposentou em agosto –, o STF não conseguiu concluir o julgamento, devido a um empate de 5 a 5. O presidente da Casa, ministro Cezar Peluso, não quis exercer a prerrogativa do voto de desempate.

Simon lembrou que o presidente da República deve indicar o próximo membro do STF somente após as eleições

e sustentou que a tese de que apenas um novo ministro decidiria o julgamento já está “esvaziada”.

– O ministro que for indicado vai demorar um tempão para assumir, porque passará primeiro pela Comissão de Constituição [do Senado]. Depois, o normal é que, ao chegar lá [ao STF], ele tenha de se abster. Como vai chegar querendo decidir um assunto que ele não conhece?

TSE nega mudança de foto de candidato em urnas eletrônicas para o segundo turno

Em resposta a questionamento do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que não há possibilidade técnica de mudar, na urna eletrônica, a foto de Joaquim Roriz (PSC),

que renunciou à candidatura ao governo sendo substituído por sua mulher, Weslian Roriz.

Segundo o corregedor-geral eleitoral, ministro Aldir Passarinho Junior, não se trata de uma simples troca de fotos, pois seria necessário romper o lacre de

todas as 5 mil urnas utilizadas nas eleições, reinicializar todo o sistema eleitoral e incluir os novos dados.

Na avaliação do ministro, os pareceres técnicos demonstraram “que tal operação possui alta probabilidade de falhas

e comprometimento da segurança dos dados essenciais às eleições”.

De acordo com o ministro Marco Aurélio Mello, a modificação seria desejável, “mas implicaria o prejuízo de uma possível auditoria na própria

urna eletrônica”.

Ao proclamar o resultado da consulta feita pelo TRE-DF, o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, afirmou que a mudança “colocaria em risco toda a credibilidade do sistema”.

Objetivo do decreto, segundo o governo, é desenvolver de maneira sustentável a região onde será construída a usina de Belo Monte, polêmica por seu impacto socioambiental

Reprodução/Ltd



Projetada para o Rio Xingu, no Pará, Belo Monte será a maior hidrelétrica totalmente brasileira e terceira maior do mundo

O PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva instituiu, por meio do Decreto 7.340/10, publicado no *Diário Oficial da União* de sexta-feira, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e seu comitê gestor. Na prática, o governo busca desenvolver a região onde será construída a usina hidrelétrica de Belo Monte, cuja criação é acompanhada de perto por uma subcomissão temporária do Senado.

A subcomissão já promoveu audiências públicas para conhecer as características gerais da usina e entender seu impacto sobre a economia nacional e os compromissos socioambientais assumidos no processo de licen-

ciamento ambiental. Os senadores estudam, ainda, a tecnologia empregada, a quantidade de energia a ser gerada, o preço da obra e o custo do megawatt em relação a outras fontes geradoras de energia.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu alcançará os municípios paraenses de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Todos receberão ações federais. O comitê gestor será composto por 15 representantes de órgãos governamentais (da União, do estado e dos municípios) e 15 de organizações da sociedade civil (entidades patro-

nais do setor urbano, do setor rural, do setor pesqueiro e da empresa Norte Energia S.A.).

O grupo deverá ser instalado até o dia 22 de dezembro para monitorar a execução do plano, avaliar periodicamente as ações e promover a articulação entre setores governamentais e entidades civis. O plano tem orçamento previsto de R\$ 500 milhões.

Projetada para ser construída no rio Xingu, no Pará, Belo Monte deverá custar, pelo menos, R\$ 19 bilhões, segundo o governo. Terá capacidade de gerar 11.233,1 megawatts, o que fará da obra a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior do mundo.

Criada a Secretaria Nacional de Saúde Indígena

Decreto que cria a Secretaria Nacional de Saúde Indígena, subordinada ao Ministério da Saúde, foi assinado pelo presidente Lula na última quarta-feira. A medida regulamenta artigo da Lei 12.314, de agosto deste ano.

A lei é resultante da Medida Provisória (MP) 483/10, que, modificada pelo Congresso, foi aprovada como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/10. A aprovação da matéria foi defendida por grupos indígenas, que se mobilizaram para acompanhar

sua tramitação. O projeto foi aprovado pelos senadores em agosto.

O novo órgão assume as atribuições do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Será responsável pelas ações de saneamento básico das áreas indígenas e pela implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Para isso, a secretaria contará com três áreas: Departamento de Gestão da Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena e Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

O decreto também dá autonomia aos 34 distritos sanitários especiais indígenas. Agora, já está valendo o prazo de 180 dias para a transição da gestão do subsistema ao Ministério da Saúde.



Atendimento em Gaúcha do Norte (MT): mudanças têm apoio de grupos indígenas

TV Senado recebe prêmio Vladimir Herzog

O programa *Inclusão*, da TV Senado, recebe hoje no Teatro Tuca, em São Paulo, o Prêmio Vladimir Herzog de 2010 de Anistia e Direitos Humanos, na categoria "Saúde como Direito do Cidadão", por um trabalho sobre a hanseníase no Brasil. A reportagem disputou com dezenas de trabalhos de todo o país.

O programa escolhido mostra a história da hanseníase no Brasil, desde o período de

confinamento dos pacientes em antigos leprosários às atuais campanhas do Ministério da Saúde para combater a doença.

Produzido e apresentado pela jornalista Solange Calmon, sob a supervisão de Célio Dupin, o *Inclusão* recebeu 11 prêmios nos últimos anos, sempre com matérias voltadas para os problemas sociais brasileiros.

O programa pode ser visto

pela internet, no endereço www.senado.gov.br/tv.

Fazem parte da comissão organizadora do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, entre outras entidades, a Associação Brasileira de Imprensa, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Federação Nacional dos Jornalistas, o Instituto Vladimir Herzog e a Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo.

MP destina R\$ 968 milhões a merenda e transporte escolares

Chegou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 508/10, que abre crédito extraordinário de R\$ 968.185.382 a serem aplicados pelo Ministério da Educação na merenda e no transporte escolares. Até o final do ano, cerca de 80% desse valor deverá ser investido no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e os outros 20% no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

Conforme o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, alimentação e transporte escolar ajudam a manter a frequência dos alunos às aulas. "A medida é imprescindível para garantir o prosseguimento

das ações voltadas ao acesso e também à permanência de milhares de crianças e de jovens nas escolas", argumentou ele, na exposição de motivos que acompanha o texto da MP.

Os dois programas, Pnae e Pnate, estão ligados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Criado em 2004, o Pnate se destina ao transporte dos alunos da rede pública na área rural. O orçamento do programa é repassado pelo FNDE, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Publicada no *Diário Oficial da União* em 11 de outubro, a MP tem vigência de 60 dias, prorrogáveis por outros 60.



Programa de merenda ajuda a manter alunos nas escolas da rede pública

Reestruturação dos Correios é admitida

A reestruturação administrativa dos Correios poderá ser incluída na medida provisória (MP 509/10) que prorroga os contratos das agências postais franqueadas. Essa é a ideia dos líderes do PT e do DEM, Fernando Ferro (PT-PE) e Paulo Bornhausen (DEM-SC), na Câmara dos Deputados, onde a MP está tramitando. Eles pretendem apresentar emendas à MP que prorroga para 11 de junho de 2011 os contratos que venceriam no próximo dia 10 de novembro, segundo informa a Agência Câmara.

Como não tiveram o processo licitatório concluído, 333 agências franqueadas poderiam fechar já no próximo mês e outras 519 estão com as respectivas concorrências suspensas por força de liminar. Para evitar um colapso no serviço postal, o governo teria que gastar mais de R\$ 500 milhões para contratar servidores temporários, além de alugar imóveis e veículos.

Para Fernando Ferro, essa medida emergencial não resolverá o problema de gestão dos Correios, mas é necessária. Paulo Bornhausen disse que o partido vai estudar emendas à MP que possam ajudar a reverter o que ele chama de "abandono da instituição". Ele culpou o governo Lula pela má gestão dos Correios. Da Câmara, a MP 509/10 será enviada ao Senado.

Maior punição para quebra de sigilo fiscal

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 507/10, que estabelece punições para o servidor que permitir ou facilitar o acesso ao sigilo fiscal de contribuinte. A informação é da Agência Câmara.

A MP prevê penas de demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de disponibilidade ou de aposentadoria para o servidor público "que permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento, empréstimo de senha ou qualquer outra forma, acesso de pessoas não autorizadas a informações protegidas por sigilo fiscal".

O artigo 2º prevê as mesmas penas para o servidor "que se utilizar indevidamente do acesso restrito às informações protegidas por sigilo fiscal". Para o servidor que acessar sem motivo justificado as informações protegidas por sigilo fiscal, a pena prevista é mais amena: suspensão de até 180 dias, desde que não seja configurada a utilização indevida. No entanto, a penalidade passa a ser a mesma dos dois primeiros artigos caso haja reincidência no acesso injustificado ou se houver impressão, cópia ou qualquer forma de extração dos dados.

A MP é uma reação do governo federal às denúncias de violações do sigilo fiscal por servidores da Receita Federal. A quebra de sigilo fiscal já é punida com demissão, mas o acesso indevido a arquivos de documentos ou processos protegidos por sigilo fiscal é punível apenas administrativamente, assim como a falta de cuidado na guarda e utilização de senha.